



Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

EDITAL DE PREGÃO N.º 028/13

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 232/13 – DATA: 15/07/2013

I – PREÂMBULO

1. A Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba – SAE, através de sua Diretoria e da Área de Suprimentos, torna público que fará realizar o presente processo licitatório de n.º 232/13, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** sob o n.º 028/13, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que será processado e julgado nos termos da Lei n.º 10.520/02, Decreto Municipal n.º 5.653/05, Lei Complementar 123/2006, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, e ainda a Lei n.º 8078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

2. O pregoeiro Nicodemos Barbosa Neto, nomeado pela Portaria -SAE n.º 011 de 07 de janeiro de 2013, processará e julgará a presente licitação, devidamente auxiliada pela Equipe de Apoio.

3. Os envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, de credenciamento e a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, definidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser entregues o pregoeiro da SAE no local, data e horário seguintes:

DATA: 05/08/2013

HORÁRIO: às 09h (nove horas)

LOCAL: Rua 33 n.º 474 – Setor Sul, CEP 38300-030 – Ituiutaba-MG.

4. A SAE não se responsabiliza por envelope que não for entregue no endereço supracitado.

5. Os licitantes que desejem enviar seus envelopes via postal (com AR – Aviso de Recebimento) deverão remetê-lo ao endereço supracitado, aos cuidados do pregoeiro Sr. Nicodemos Barbosa Neto.

6. Em hipótese alguma serão recebidos envelopes após as 09h (nove horas) do dia **05/08/2013**.

7. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data aprazada, todas as datas constantes deste instrumento convocatório serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente da SAE.

8. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

9. As decisões do pregoeiro serão comunicadas diretamente aos interessados, durante a sessão, lavradas em ata, ou ainda, por intermédio de ofício, com comprovação de seu recebimento. O resultado final do certame também será divulgado no site www.saeituiutaba.com.br, opção “Licitações”.

10. Quaisquer dúvidas sobre o presente edital que forem objeto de consulta, deverão ser encaminhadas ao pregoeiro via *fac simile* (34)3268-0448 até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, conforme art. 12, *caput*, Decreto Municipal 5653/05. O pregoeiro responderá o pedido de esclarecimento formulado, no prazo de 2 (dois) dias úteis, divulgando mediante publicação de nota na página *web* da SAE, no endereço www.saeituiutaba.com.br, opção

“licitações”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro da SAE.

II – DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para serem entregues aos servidores da Autarquia, conforme especificações, quantidades e condições de entrega constantes do **Anexo I** - Termo de Referência.

III – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

1. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis, conforme art. 12 §1º do Decreto Municipal nº 5.653/05.
2. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação da proposta.

IV – DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

1. Poderá participar deste Pregão qualquer licitante que detenha atividade compatível e pertinente com o objeto desta licitação e comprove possuir todos os requisitos de habilitação exigidos neste edital.
2. Não poderão participar desta licitação empresas:
 - a) Declaradas inidôneas de acordo com o previsto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e que não tenham restabelecida sua idoneidade, em qualquer esfera do governo;
 - b) Que tenham sido penalizadas por prática de qualquer dos atos previstos no artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02;
 - c) Suspensas de licitar com a SAE;
 - d) Que sejam constituídas sob forma de consórcio;
 - e) Que estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação.

V – DA FORMA DO PREENCHIMENTO DOS ENVELOPES

A proposta de preço e os documentos que instruem esta licitação deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em envelopes de papel opaco, fechados e indevassáveis, sobre cujas bordas de fechamento deverá constar a rubrica do representante da Licitante, para convalidar a não violação de sua abertura oficial, e conter em sua parte externa, os dizeres:

SAE – SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA-MG
PREGÃO N.º ___/13
DATA: __/__/___ HORA: __:___

ENVELOPE N.º 01 “PROPOSTA DE PREÇOS”
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

SAE – SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA-MG

PREGÃO N.º ___/13

DATA: ___/___/___

HORA: ___:___

ENVELOPE N.º 02 “DOCUMENTAÇÃO”
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

VI – DO CREDENCIAMENTO

1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os documentos abaixo relacionados, conforme o tipo de sociedade proponente:

1.1. Tratando-se de sócio, proprietário ou dirigente que conste no documento de constituição da empresa e no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura:

- a) Registro comercial no caso de firma individual;
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado da última alteração efetuada ou da consolidação respectiva, sendo todos devidamente registrados na Junta Comercial, inclusive as alterações;
- c) No caso de sociedade por ações, deverá apresentar estatuto social, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.
- d) Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.2. Tratando-se de procurador:

a) Procuração por instrumento público ou particular, esta última com firma reconhecida em cartório, ou documento de credenciamento, conforme modelo constante no **ANEXO II**, do qual constem poderes para formular lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recursos, desistir da intenção de interpor recursos, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame;

b) Quaisquer documentos que comprovem os poderes do Outorgante para a outorga, como:

- Registro comercial no caso de firma individual;
- Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado da última alteração efetuada ou da consolidação respectiva, sendo todos devidamente registrados na Junta Comercial, inclusive as alterações;
- No caso de sociedade por ações, deverá apresentar estatuto social, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.
- Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

2. O representante da licitante deverá identificar-se exibindo carteira de identidade ou outro documento oficial que contenha foto.

3. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada Licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4. O credenciamento e o documento pertinente dentre os indicados no item VI.1 deverão ser apresentados ao pregoeiro, pelo portador, antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes, ficando retidos e juntados aos autos.

5. O representante legal da licitante que não se credenciar perante ao pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recursos, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes Proposta ou Documentação relativos a este Pregão.

- a) Nesse caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

6. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar usufruir o regime diferenciado e favorecido disciplinado na Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar a seguinte documentação:

6.1) Declaração firmada pelo técnico responsável devidamente registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), de que a mesma se enquadra nos Termos da Lei 123/06 na condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte com firma reconhecida ou ainda qualquer Documento comprobatório de enquadramento devidamente registrado pela Junta Comercial.

6.2) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

VII – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

1. A declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o ANEXO III do Edital, e/ou a declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (para às licitantes que assim se enquadrarem) deverá ser entregue o pregoeiro após a realização do credenciamento, conforme Cláusula VI.

2. As empresas que remeterem seus envelopes pelo correio e não se fizerem representar pessoalmente no momento da sessão pública, deverão enviar a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação em envelope separado da proposta e documentos para habilitação, para que o mesmo seja aberto antes da proposta.

3. A não apresentação da declaração ensejará a exclusão do interessado do certame.

4. Serão aplicadas as penalidades previstas na Cláusula XV deste edital ao licitante que fizer declaração falsa.

VIII – DO ENVELOPE N.º 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de preferência emitida por computador, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal, contendo:

1. Razão Social da licitante;
2. Número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
3. Endereço com CEP, telefone, fax e *e-mail* (se houver) da licitante;
4. Preço unitário e global, com apenas 02 (duas) casa decimais, sendo que a proposta que apresentar mais casas, estas serão desconsideradas;
5. Descrição do objeto da licitação, obedecidas às especificações constantes do objeto deste Edital;
6. Nome, cargo, RG e CPF do responsável pela empresa que irá assinar A Autorização de Fornecimento proveniente desta licitação;
7. Marca do produto;

8. Prazo de entrega dos materiais: 20 dias úteis, contados a partir da assinatura da Autorização de Fornecimento de materiais.

Observações:

- a) Observar modelo de proposta constante do Anexo IV;
- b) As propostas apresentadas neste certame serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, sendo que as empresas que consignarem prazo inferior terão a sua proposta desclassificada.**
- c) Nos preços deverão estar inclusos, além dos insumos que os compõem, as despesas com entrega e todos os tributos que incidirem sobre o contrato.
- d) Não será aceita, em hipótese alguma, Nota Fiscal Série “D”.
- e) Serão corrigidos automaticamente pelo pregoeiro e equipe de apoio quaisquer erros de soma e (ou) multiplicação;
- f) A falta de assinatura e (ou) rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes Proposta com poderes para esse fim;
- g) Somente será aceita cotação em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismos e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, desprezando-se qualquer valor além do centavo.
- h) A SAE reserva-se o direito de verificar, sempre que julgar necessário, se os preços praticados pela licitante vencedora estão compatíveis com os de mercado.
- i) Para efeito de julgamento, não será aceita, sob qualquer título, oferta de outros materiais que não sejam aqueles solicitados no Anexo I – Especificação do Objeto.
- j) Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário irrisórios, simbólicos ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Pregão não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

IX – ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTAÇÃO

O envelope n.º 2 “DOCUMENTAÇÃO”, deverá conter os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- c) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual da sede da licitante.
- f) Certidão conjunta de Regularidade com os tributos Federais e quanto à Dívida Ativa da União
- g) Declaração firmada pelo licitante, nos termos do Anexo VI, de que cumpre a exigência de que trata o inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida em (www.tst.jus.br).

Observações:

1) Os documentos exigidos neste pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação ou publicação em órgão da imprensa oficial. **Não serão efetuadas autenticações de quaisquer documentos pelo pregoeiro após a abertura dos envelopes.**

1.1 serão aceitas somente cópias legíveis;

1.2 não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

- 1.3 O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.
- 2) **Se houver impossibilidade de apresentar qualquer documento por motivo de greve do órgão emissor**, apresentar declaração em papel timbrado da empresa, assinado pelo seu representante legal, de que não está em débito com o referido órgão e que, findada a greve, compromete-se a apresentar o documento atualizado, para fins de direito, independentemente da fase em que se encontrar o processo licitatório, sujeitando-se, no caso de não apresentação, às penalidades legais.
- 3) Os licitantes deverão manter, durante todo o período de execução contratual, as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômica financeira e técnica, podendo a Administração solicitar novos documentos em substituição aos que forem vencendo durante o curso do certame.
- 4) Serão aceitos documentos que expressem sua validade, desde que em vigor, sendo que, os que não constarem prazo de validade fixado, será considerado 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão, exceto o Atestado de Fornecimento, que não tem prazo de validade.
- 5) Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo:
- 5.1 - Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 5.2 - Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- 5.3 - Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6) Os documentos exigidos neste ato convocatório, dentro do envelope Documentação, deverão ser entregues numerados, de preferência, seqüencialmente e na ordem, a fim de maior rapidez durante a conferência e exame correspondente.
- 7) No caso de certidões emitidas pelo Sistema Eletrônico, as mesmas terão sua autenticidade verificada no respectivo site pelo pregoeiro e Equipe de Apoio.

X – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO AS MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEGUNDO A LEI COMPLEMENTAR 123/06

Em caso de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte nos termos da Lei 123/06, será observado o seguinte:

- a) Será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pela microempresa e empresa de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada apresentada por empresa que não estiver amparada pela Lei Complementar 123/2006.
- b) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar novo lance de preço no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após a notificação por parte do pregoeiro, sob pena de preclusão.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito
- d) No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem no disposto na alínea “b”, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

- e) Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea “b”, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 1º. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 2º. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte terá assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, caso apresente alguma restrição pertinente à documentação de regularidade fiscal, para a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, negativa.

§3º. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

XI- DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO, CRITÉRIO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

1. Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pelo Pregoeiro, constarão obrigatoriamente da respectiva ata.
2. De todas as reuniões públicas, o Pregoeiro lavrará ata circunstanciada, a ser assinada pelos representantes dos Licitantes presentes.
3. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta, conforme artigo 43, § 3º da Lei Federal n.º 8.666/93.
4. No horário e local indicados no Preâmbulo, será aberta a sessão pública de processamento do Pregão, iniciando-se com o recebimento e verificação do credenciamento. Somente poderá participar da fase de lances verbais o representante legal da licitante, presente ao evento, devidamente credenciado.
5. Após os respectivos credenciamentos, as Licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração conforme Cláusula VII do Edital.
6. Encerrado o recebimento e verificação da Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação serão recebidos os envelopes “Proposta” e “Documentos”.
7. Iniciada a sessão pública de abertura do Pregão, não serão aceitos novos proponentes.
8. Os envelopes contendo as propostas das empresas que apresentaram a “*declaração de atendimento aos requisitos de habilitação*” serão abertos a seguir, no mesmo local.
9. As propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos Credenciados presentes.
10. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço por item, observadas as especificações e demais parâmetros definidos no Edital.
11. No curso da sessão, classificadas as propostas, o autor da oferta de menor valor e das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
12. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes à de menor valor, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

13. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
14. O pregoeiro convidará individualmente os licitantes, na forma dos itens 11 e 12, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
15. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, ou a ausência de representante credenciado, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
16. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
17. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
18. Sendo aceitável a proposta de menor preço por item, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para verificação do atendimento das condições fixadas no Edital, sendo-lhe facultado o saneamento da documentação na própria sessão.
19. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- 20. Havendo redução no valor da proposta escrita inicialmente, o licitante vencedor será solicitado a apresentar nova proposta escrita referente ao valor fechado, inclusive se necessário, com a adequação dos valores unitários.**
21. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor da fase de lances e depois de avaliadas amostras (se houver) a ele adjudicado o objeto do certame.
 - a) A licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos no envelope Documentação, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades será inabilitada, sem prejuízo de ser-lhe aplicada, no que couber, as penalidades previstas na Cláusula XV deste Edital e demais cominações legais.
22. Nas situações previstas nos incisos 16, 17, o pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
23. Para efeitos de julgamento da exequibilidade da proposta, o Pregoeiro promoverá diligência para verificação da compatibilidade do preço proposto com os de mercado, mediante análise da pesquisa de preços efetuada pela SAE.
24. Concluída a fase de lances e definida a licitante de menor preço por item, o Pregoeiro irá analisar as amostras solicitadas no **Anexo I – Termo de Referência deste edital**, conforme observações da “**SEÇÃO XI.1. DAS AMOSTRAS**”.
25. Caso todas as propostas sejam desclassificadas, considerando-se o critério de menor preço por item, o processo será remetido à autoridade superior para deliberação quanto à reabertura do certame ou aplicação da norma contida no § 3º do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.
26. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.
27. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e os licitantes presentes.
28. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
29. Não se considerará qualquer vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos

XI.1 – DAS AMOSTRAS

Da Apresentação:

Atenção: todos os licitantes deverão comparecer à fase de lances munidos das amostras necessárias para garantir a celeridade do certame, todavia serão analisadas apenas as amostras das “licitantes vencedoras da fase de lances”.

Conforme mencionado, serão analisadas apenas amostras das “licitantes vencedoras da fase de lances”, cujas marcas e/ou códigos não estejam descritos nos itens ofertados, constante do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

Caso seja verificada a necessidade de uma análise mais detalhada das amostras, o procedimento será interrompido para que a Área Técnica da SAE possa analisá-las, emitindo laudo posterior. Se na análise da amostra for necessária sua inutilização, o licitante não terá direito ao ressarcimento do seu custo.

Após a emissão do laudo o procedimento terá seu curso normal. Os licitantes serão comunicados do teor do laudo e da data em que terá continuidade a sessão interrompida.

As amostras deverão ser envidadas aos cuidados do Pregoeiro, localizado na Área Administrativa da SAE, Rua 33, n.º 474, Setor Sul, CEP 38300-030 – Ituiutaba-MG até a data da entrega e abertura dos envelopes, qual seja: 05/08/2013. Podendo ainda serem trazidas, juntos com os envelopes, na hipótese de participação pessoal do interessado no certame. As amostras sempre deverão estar acompanhadas de nota fiscal indentificando-as como “amostra.”

A licitante que não encaminhar ou trazer as amostras no prazo estabelecido terá sua proposta desconsiderada para efeito de julgamento.

A licitante que se fizer presente à sessão pública fica responsável pela apresentação das amostras diretamente ao pregoeiro quando solicitado.

Se a licitante tiver a amostra rejeitada, o **Pregoeiro** examinará a amostra da proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

1 - A amostra será referência para conferência do material quando da entrega.

1.2 - Todas as despesas com o envio da amostra ficarão a cargo do licitante interessado.

1.2.3 - Sendo aprovada, a unidade da amostra permanecerá na posse da SAE.

1.2.3.4 - Em sendo reprovada a amostra, todas as despesas com sua devolução correrão a cargo do licitante interessado.

1.2.3.4.5 - A licitante interessado deverá retirar a amostra reprovada no prazo máximo de 30 dias após a homologação do processo por parte da SAE. Após esse prazo, não havendo retirada das amostras, essas serão consideradas abandonadas.

As amostras avaliadas, se aprovadas, serão deduzidas da quantidade total a ser entregue. Caso algum teste efetuado tenha provocado a inutilização da mesma, não será considerada para fins de dedução na quantidade total a ser entregue.

OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE AMOSTRA:

1. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome da **licitante**, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto, modelo, ou qualquer outra informação pertinente.
2. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, manuseados, desmontados, receber cortes, seções, vincos ou movimento nas peças e submetidos aos testes necessários, sendo devolvidos à **licitante** no estado em que se encontrarem ao final da avaliação, se for do seu interesse
3. Será rejeitada a amostra que:
 - 3.1. apresentar problemas de funcionamento ou utilização;
 - 3.2. apresentar divergência a menor em relação às especificações técnicas da proposta;
 - 3.3. for de qualidade superior em relação às especificações constantes da proposta e estiver desacompanhada de declaração da **licitante** de que entregará os produtos de acordo com a amostra apresentada;
 - 3.4. apresentar, para os produtos cuja validade seja determinada, validade inferior ao previsto.
4. Após a homologação da licitação, a empresa deve retirar a respectiva amostra no prazo de até 30 (trinta) dias corridos.
 - 4.1. A não retirada da amostra no prazo fixado acima será presumida como renúncia da licitante ao objeto, que poderá ser doado ou descartado pela SAE, sem gerar à **licitante** direito à indenização.
 - 4.2. Não será aceita a proposta da **licitante** que tiver amostra rejeitada, ou daquela que não enviar amostra.
 - 4.3. A apresentação de amostra poderá ser dispensada quando se tratar de produto oriundo de linha industrial de produção cujo exemplar já tenha sido aprovado em compras anteriores realizadas pela SAE.
 - 4.4. A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos deste edital.

Se a amostra for aprovada, contará como unidade entregue. Caso seja rejeitada, a Licitante não terá oportunidade para substituir, efetuar ajustes e modificações no produto. Com isso, deverá ser convocada a próxima colocada no certame para apresentar as amostras para análise.

Os critérios adotados para análise da amostra são:

- Análise de conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- Análise de acabamento. A amostra deverá estar isenta de quaisquer imperfeições que venham a interferir em sua aparência e funcionalidade.

5. Do momento da entrega: concluída a fase de lances e definida a licitante com menor preço, o Pregoeiro suspenderá a sessão e convocará apenas a vencedora provisória de cada Item para que apresente a amostra, sob pena de desclassificação, para avaliação imediata e se necessário, ficando a mesma disponível aos interessados nos termos do art. 3º §3º da Lei nº 8.666/93.

5.1. Local e horário de entrega: junto aos envelopes documentação e proposta.

5.2. Do critério objetivo de avaliação:

5.2.3 Se a licitante não apresentar a amostra, terá sua proposta automaticamente desclassificada;

5.2.4 Após a entrega da amostra não mais será permitido fazer ajustes ou modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante do Edital;

5.2.5. Para efeito de avaliação dos produtos, a comissão designada para esse fim, avaliará as amostras, levando em conta os seguintes fatores:

- a) conformidade com as especificações e características técnicas, contidas no Anexo I;
- b) qualidade;
- c) durabilidade;
- d) acabamento;
- e) estética;
- f) ergonomia; e
- g) funcionalidade.

5.2.6 Os fatores qualidade, durabilidade, acabamento, ergonomia, estética e funcionalidade serão analisados em conjunto, levando-se em conta o fim a que se destina o produto e, principalmente, o seguinte:

- a) quanto à qualidade - todo o processo produtivo pelo qual passa o produto, inclusive a matéria prima usada, controle de qualidade etc.;
- b) quanto ao acabamento - o esmero na fabricação do produto, tais como, junção das peças, igualdade das medidas, lixamento, costura, etc...;
- c) quanto à ergonomia - a conformidade do produto com as normas técnicas da ABNT - e/ou NRs do Ministério do Trabalho;
- d) quanto à estética - o design, a robustez, os detalhes, a harmonia das linhas, etc.; e
- e) quanto à funcionalidade - a existência de empecilhos à utilização dos itens na execução das tarefas diárias, bem, ainda, das peças componentes;

5.2.7. A comissão designada para esse fim emitirá parecer conclusivo declarando estar aprovada ou não a amostra analisada, segundo os critérios estabelecidos acima.

5.2.8. O (A) Pregoeiro (a), se entender necessário, solicitará à licitante que providencie os testes e demais provas exigidas por normas técnicas que comprovem qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade do produto;

5.2.9. A despesa decorrente dessa medida, bem como todas as outras referentes às amostras, correrão por conta das licitantes interessadas.

5.2.10. Se a amostra ou documentação não obtiverem aprovação em qualquer um dos fatores especificados acima será desclassificada.

5.2.11. Na hipótese da amostra não preencher os requisitos deste edital, será examinada a amostra da segunda classificada, e assim sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo e condições;

5.2.12. A amostra aprovada ficará em poder da SAE, para conferência quando do recebimento do material licitado.

XII – RECURSOS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1. No final da sessão, a Licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção. Neste momento o pregoeiro decidirá motivadamente se receberá ou não o recurso. Caso decida pelo recebimento do recurso, abrir-se-á então o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando as demais Licitantes intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
2. A ausência de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame à Licitante vencedora e o encaminhamento do processo para a homologação.
3. Apresentadas as razões e contra-razões recursais, o pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhar o processo, devidamente informado, à autoridade competente.
4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo será encaminhado à autoridade superior para homologação do procedimento.
5. O recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.
6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da Área de Suprimentos da SAE, localizada na Rua 33, nº 474 – Setor Sul, Ituiutaba-MG.
8. Após a celebração do contrato, os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais proponentes ficarão à disposição para retirada por 15 (quinze) dias.

XIII – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela perfeita e fiel entrega dos materiais, objeto deste contrato, a SAE fará à contratada o pagamento do preço proposto em 30 (trinta) dias, contados após a entrega total, recebimento definitivo dos produtos e emissão de nota fiscal.

§ 1º O pagamento será efetuado em moeda corrente do país, através de cheque nominal ao(s) licitante(s) ou Ordem Bancária ou depósito bancário. No caso de depósito bancário, constar no corpo da Nota Fiscal o nome do banco, número da agência e conta corrente.

§ 2º O respectivo pagamento somente será efetuado após o efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação e após envio da Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débito (CND/CPD-EN) do INSS e Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

§ 3º A SAE reserva-se o direito de recusar o pagamento se os produtos fornecidos não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, ou a contratada não apresentar as certidões mencionadas no § 2º.

§ 4º A SAE poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.

Observação:

Não será aceita, em hipótese alguma, Nota Fiscal Série “D”.

XIV – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida ou suprimida dentro dos limites previstos no parágrafo 1º do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do parágrafo 2º, inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998.

XV – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto e demais condições resultantes deste Pregão, a SAE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as penalidades descritas na Portaria constante do Anexo VII – **PORTARIA SAE - 043/2012**, deste Edital, dele fazendo parte integrante.

§ 1º Além das sanções relacionadas nesta Portaria, poderão ainda ser aplicadas as penalidades de advertência e suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a SAE, por até 02 anos.

§ 2º Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo período de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a SAE, o licitante que:

- I. Ensejar o retardamento da execução do objeto do certame;
- II. Deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou entregar documentação falsa;
- III. Não manter a proposta, lance ou oferta;
- IV. Convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, recusar-se a celebrar o contrato;
- V. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- VI. Cometer fraude fiscal;
- VII. Comportar-se de modo inidôneo.

§ 3º As penalidades de advertência e de impedimento de contratar com a SAE ou Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

§ 4º As penalidades previstas nesta cláusula, com exceção da penalidade de advertência, serão impostas após regular procedimento administrativo, garantidos ampla defesa e contraditório.

§ 5º As penalidades previstas nesta cláusula serão obrigatoriamente registradas no cadastro de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

XVI – DO CREDITO ORÇAMENTÁRIO

Os créditos necessários à cobertura da presente Licitação está contido no orçamento da Autarquia nas rubricas **17.122.0019 2.0226 3.3.90.30.00** para o presente exercício e a correspondente para o exercício seguinte.

XVII – DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

1. Após adjudicação do objeto desta licitação, será providenciado a Autorização de Fornecimento e o licitante vencedor será convocado a assinar e retirar uma cópia na Área de Suprimentos da SAE, na Rua 33, nº 474 – Setor Sul - Ituiutaba-MG, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação do licitante vencedor para esse fim;

2. A Administração Pública poderá remeter a Autorização de Fornecimento para assinatura da licitante, conforme conveniência examinada. Nessa hipótese, a licitante terá o prazo de 02 dias úteis, contados após o recebimento, para devolver o contrato devidamente assinado à SAE no endereço supra citado.

3. Na hipótese do licitante vencedor não comparecer para assinar e retirar a Autorização de Fornecimento no prazo estipulado, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do

certame, sendo obedecido o disposto no subitem anterior;

Observação:

Minuta da Autorização de Fornecimento, Anexo V.

XVIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

A contratada deverá entregar o produto por sua conta e risco de acordo com o estipulado no **Anexo I** deste edital, após assinatura da Autorização de Fornecimento, no local a seguir indicado.

§ 1º Os produtos serão entregues no Almoarifado da SAE - Ituiutaba-MG, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, **no horário de 07h30 as 10h30 horas e de 13h00 as 17h00 horas, na Rua Dr. Saul de Carvalho, 1234, Bairro Independência, CEP 38304-212, Ituiutaba-MG, COM SEGUROS, FRETES E DESCARGA INCLUSOS NO VALOR DA MERCADORIA**, ficando a SAE isenta de quaisquer responsabilidades.

§ 2º É ressalvada à **CONTRATANTE** a recusa ao recebimento do produto, se este não estiverem dentro das especificações exigidas na licitação, bem como pela não observância, por parte da **CONTRATADA**, do aludido neste instrumento.

§ 3º O produto será recebido **em 02 (duas) etapas**: provisoriamente, conforme art. 73, II, “a” da Lei n.º 8.666/93, pelo Supervisor de Almoarifado, conferindo apenas a quantidade física, e definitivamente pela Comissão de Recebimento de Materiais.

I - Caso o produto não esteja de acordo, será devolvido e a contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para entregar novo produto, sob pena de incorrer nas penalidades previstas na Portaria SAE 043/2012, constantes do Anexo VII deste edital.

II - Dentro deste mesmo prazo, 05 (cinco) dias úteis, a CONTRATADA deverá ainda providenciar a retirada do produto recusado.

III - Caso não seja efetuada a retirada, a SAE providenciará a remessa a custa da CONTRATADA.

§ 4º A assinatura do canhoto da nota fiscal indica tão somente que a SAE está de acordo com a quantidade do produto, sendo o seu recebimento definitivo condicionado à conferência por amostragem, procedendo a verificação das características e condições das peças.

§ 5º Quando da entrega, o material deve estar em perfeitas condições de utilização e em embalagens não danificadas.

§ 6º O objeto deve ser de primeira linha e atender rigorosamente as características exigidas pela SAE.

XIX – DAS OPÇÕES E ALTERNATIVAS

Não será considerada nenhuma opção ou alternativa sem que as mesmas estejam explícitas no objeto.

XX – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

1. A Contratada reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causar à SAE, coisa ou pessoa de terceiros em decorrência da entrega dos materiais,

correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a SAE, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam causar.

2. A substituição dos produtos não exime a contratada do recebimento de penalidade por descumprimento da obrigação, prevista na cláusula XV.
3. A contratada fica obrigada a dar garantia integral nos termos previstos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, contra qualquer defeito de fabricação que o produto venha a apresentar, incluindo avarias no transporte até o local de entrega, mesmo após sua aceitação/aprovação pela SAE, sendo que as novas unidades empregadas na substituição das defeituosas ou danificadas deverão ter o prazo de garantia igual ou superior ao das substituídas.
4. A garantia inclui a substituição do produto em desconformidade, no prazo máximo estipulado, a contar da comunicação do fato, sem qualquer ônus para a SAE.
5. Fica a Contratada desobrigada de qualquer garantia quando se constatar que o problema decorre de mau uso do mesmo ou negligência do preposto da SAE.
6. A Contratada fica, nos termos da legislação vigente, obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, a juízo da Administração, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme a Lei Federal n.º 8.666/93.
7. Caberá ainda à Contratada:
 - a) respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da SAE;
 - b) manter-se, durante toda a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - c) efetuar a troca dos materiais que não atender às especificações do objeto, no prazo máximo estabelecido neste edital;
 - d) efetuar a entrega dos materiais no prazo estipulado para a entrega;
 - e) assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

XXI – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

A SAE obrigar-se-á a:

1. Efetuar o pagamento devido em dia, de acordo com o estipulado na CLÁUSULA XIII;
2. Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitadas pelos empregados da contratada.
3. Fiscalizar o contrato.

XXII – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Deverá a licitante vencedora observar também, o seguinte:

1. É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca desta licitação, salvo se houver prévia autorização da SAE;
2. É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto desta licitação.

XXIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, com fulcro no art. 43, § 3º da Lei n.º 8.666/93, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

2. Fica assegurado à SAE o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, conforme disposto no art. 49 da Lei n.º 8.666/93, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a SAE não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.
4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
5. A entrega da proposta presume pleno conhecimento e entendimento de todas as condições por parte da licitante, e nos termos da Lei, implica em sua aceitação automática.
6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SAE.
8. O desatendimento a exigências meramente formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.
9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
10. A homologação e adjudicação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11. Compõem o presente instrumento:

- a) **Anexo I - Termo de Referência - Especificações**
- b) **Anexo II – Modelo de Procuração;**
- c) **Anexo III – Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;**
- d) **Anexo IV – Modelo de Proposta;**
- e) **Anexo V – Minuta equivalente à Autorização de Fornecimento;**
- f) **Anexo VI – Declaração de que cumpre o inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666/93.**
- g) **Anexo VII – Portaria Penalidades;**

12. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação vigente.
13. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de **ITUIUTABA-MG**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a solução de qualquer pendência atinente a este contrato.

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba, em 15 de julho de 2013.

Nicodemos Barbosa Neto
Pregoeiro Oficial

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Cone de sinalização confeccionado em borracha não reciclada, nas cores laranja e branco, com 75cm de altura, peso aproximado 4,200kg. Fabricado em conformidade com a nbr-15071 da ABNT.	UN	20
02	Respirador purificador de ar tipo semi-facial descartável tipo P2, com carvão ativado.	UN	25
03	Creme de proteção solar FPS 50, proteção contra radiações UVA e UVB, frasco com 120 gramas	UN	10
04	Luva de segurança confeccionada em suporte têxtil de algodão revestida com látex natural(nitrilón), antiderrapante na palma e nos dedos, forrada em malha de algodão, punho em malha e dorso ventilado tamanho de palma 9,5.	PR	120
05	Bolsa de lona com fundo e alça em couro p/ transporte e guarda de ferramentas med.55 x 25 x 30cm, com a mensagem "EVITE ACIDENTES" silkado em um dos lados.	UN	20
06	Luva tricotada em algodão, elástico nos punhos, palmas antiderrapantes	PR	30
07	Creme de Proteção para as mãos, contra agentes biológicos (microorganismos, bactérias e fungos), água-resistente, frasco com 200 gramas.	FR	10
08	Calça RISCO 2 SEM REFLETIVO / Meio elástico no cós, com 07 passantes, com 02 bolsos frontais chapados. Tamanho G.	UN	03
09	Camisa RISCO 2 SEM REFLETIVO / manga longa com punho e carcela, botão e caseado, fechamento frontal com vista embutida, fechamento com botões e caseados; gola tipo esporte; com 01 bolso superior lado esquerdo, com porta canetas e tampa através de velcro; costuras reforçadas, travetes nos pontos vulneráveis, medida de proteção ATPV no peito superior direito lado direito em bordado. Confeccionada em tecido: sarja 3x1 100% algodão retardante a chammas atpv 9,9cal/cm2 na cor cinza. Materiais a serem usados na confecção: linha metaaramida resistete a chammas. Tamanho G	UN	03
10	Óculos de segurança, para proteção solar contra raios UVA e UVB, com lente escura em policarbonato, armação em nylon com hastes ajustáveis, proteção lateral em angulo, com cordão.	UN	10
11	Protetor auricular tipo plug de inserção, confeccionado em silicone de grau farmacêutico, com cordão de silicone ou polipropileno, que ofereça proteção ao usuário com o fator de atenuação no mínimo de NRR sf 17 dB, com CA gravado, acondicionado em estojo, tamanho único.	UN	100
12	Filtro químico contra gases e vapores, tipo B2 9000, para vapores inorgânicos (cloro), para máscara facial, rosqueável, com orifício de 45mm de diâmetro.	UN	5
13	Avental de segurança confeccionado em tecido sintético, revestido de PVC em uma face, com quatro ilhoses e duas tiras de cadarço de nylon para ajuste, com seguintes dimensões: comprimento 1215mm e largura 690mm.	UN	5
14	Protetor facial, com visor incolor, confeccionado em policarbonato altamente resistente, com coroa plástica ajustável articulada, com 20 cm de comprimento.	UN	4
15	Creme de limpeza para mãos, sem solvente e sem abrasivos, biodegradável, frasco com 400 grs.	UN	10
16	Creme de proteção solar FPS 30, proteção contra radiações UVA e UVB, frasco com 120 gramas, devendo ser testado dermatologicamente.	UN	80
17	Luva de látex nitrílica, descartáveis, ambidestras, sem forro, espessura 0,10 mm, 25 cm comprimento. Tamanho "G".	PR	700
18	Capacete de segurança com protetor auditivo acoplado, constituído de capacete	UN	6

	tipo aba frontal injetado em polietileno com alta densidade, estrias na copa, carneira regulável em polietileno sustentado por 6 pontos de encaixes e protetor auditivo circum-auricular, constituído de duas conchas de material plástico, preenchidas com espuma e com bordas revestidas por almofadas plásticas, atenuação mínima de 22 dB, cor cinza.		
19	Cinturão de segurança tipo pára-quedista, confeccionado em cadarço de material sintético (fibra sintética) preto, com pontos de fixação peitoral, abdominal, dorsal e lateral, ajuste das correias das pernas e abdômen reguláveis com engate rápido, ajuste peitoral; com talabarte de segurança constituído de uma corda de náilon trançada de 12mm de diâmetro, com um mosquetão de aço forjado de trava simples.	UN	5
20	Máscara semifacial com suporte roscável para filtro mecânico, tirante elástico, com suporte de nuca – FPA(fator de proteção igual a 10).	UN	3
21	Protetor auricular tipo plug de inserção, descartável, confeccionado em espuma moldável, que ofereça proteção ao usuário com o fator de atenuação no mínimo de NRR SF 17 dB, com C.A. gravado, tamanho único.	UN	120
22	Protetor auricular, tipo concha, com altura da concha regulável, hastes almofadadas, que ofereça atenuação mínima de 22 dB (NRR SF), fabricado em conformidade com a norma ANSI S12.6/1997- método B.	UN	8
23	Tênis de segurança feminino, sem cadarço, almofadado, solado em poliuretano, bidensidade modelo anabela, nº 36	PR	1
24	Óculos de Segurança com lente inteira e incolor em policarbonato, armação em nylon, com hastes ajustáveis, proteção lateral em ângulo, com cordão.	UN	20
25	Capacete de segurança acoplado com protetor facial incolor e protetor auditivo, conjunto de capacete tipo aba frontal injetado em polietileno com alta densidade, estrias na copa, carneira regulável em polietileno sustentado por 6 pontos de encaixes e protetor auditivo circum-auricular, constituído de duas conchas de material plástico, preenchidas com espuma e com bordas revestidas por almofadas plásticas, atenuação mínima de 22dB, cor azul.	UN	2
26	Botina de segurança confeccionada em vaqueta hidrofugada, na cor preta, com almofada frontal, elástico lateral, solado em poliuretano (PU), bidensidade, com biqueira de polipropileno, e palmilha de limpeza anti-microbiana, para proteção dos pés do usuário, que abrangem áreas com influência de umidades, com C.A. gravado, nº 38.	PR	10
27	Luva de segurança confeccionada em PVC, forrada com malha de algodão, palma, dedos e dorso ásperos, 36 cm de comprimento total	PR	100
28	Botina de segurança confeccionada em vaqueta hidrofugada, na cor preta, com almofada frontal, elástico lateral, solado em poliuretano (PU), bidensidade, com biqueira de aço, e palmilha de limpeza anti-microbiana, para proteção dos pés do usuário, que abrangem áreas com influência de umidades, com C.A. gravado, nº 37.	PR	2
29	Sapato de segurança nº 37, bidensidade, confeccionado em couro nobuck, com cadarço.	PR	1
30	Lanterna de cabeça, em PVC, lâmpada de krypton 2,5 volts, 0,3 amperes, resistente à água, alimentada por pilhas tipo AA, com regulagem de foco sentido vertical.	UN	5
31	Capa de chuva, em PVC forrado e corpo em uma peça, fechamento através de botões, com capuz. Tamanho "GG".	PÇ	2
32	Luva de segurança confeccionada em suporte têxtil de algodão revestida com látex natural (nitrilón), revestimento antiderrapante na palma e nos dedos, forrada em malha de algodão, punho em malha e dorso ventilado tamanho de palma 8,5.	PR	80

33	Botina de segurança, vaqueta hidrofugada, na cor preta, com almofada frontal, elástico lateral, solado em poliuretano PU, bidensidade, com biqueira de polipropileno e palmilha de limpeza anti-microbiana para proteção dos pés de usuários que abrange áreas com influência de umidades, com C.A. gravado. Tamanho: n° 39	PR	30
34	Botina de segurança, vaqueta hidrofugada, na cor preta, com almofada frontal, elástico lateral, solado em poliuretano PU, bidensidade, com biqueira de polipropileno e palmilha de limpeza anti-microbiana para proteção dos pés de usuários que abrange áreas com influência de umidades, com C.A. gravado. Tamanho: n° 40	PR	30
35	Botina de segurança, vaqueta hidrofugada, na cor preta, com almofada frontal, elástico lateral, solado em poliuretano PU, bidensidade, com biqueira de polipropileno e palmilha de limpeza anti-microbiana para proteção dos pés de usuários que abrange áreas com influência de umidades, com C.A. gravado. Tamanho:n° 41	PR	10
36	Botina de segurança, vaqueta hidrofugada, na cor preta, com almofada frontal, elástico lateral, solado em poliuretano PU, bidensidade,com biqueira de polipropileno e palmilha de limpeza anti-microbiana para proteção dos pés de usuários que abrange áreas com influência de umidades, com C.A. gravado. Tamanho: n° 42	PR	10
37	Botina de segurança, vaqueta hidrofugada, na cor preta, com almofada frontal, elástico lateral, solado em poliuretano PU, bidensidade, com biqueira de aço e palmilha de limpeza antimicrobiana para proteção dos pés de usuários que abrange áreas com influência de umidades, com C.A. gravado. Tamanho: n° 38.	PR	3
38	Botina de segurança, vaqueta hidrofugada, na cor preta, com almofada frontal, elástico lateral, solado em poliuretano PU, bidensidade, com biqueira de aço e palmilha de limpeza antimicrobiana para proteção dos pés de usuários que abrange áreas com influência de umidades, com C.A. gravado. Tamanho: n° 39	PR	4
39	Botina de segurança, vaqueta hidrofugada, na cor preta, com almofada frontal, elástico lateral, solado em poliuretano PU, bidensidade, com biqueira de aço e palmilha de limpeza antimicrobiana para proteção dos pés de usuários que abrange áreas com influência de umidades,com C.A. gravado. Tamanho: n° 40.	PR	5
40	Botina de segurança, vaqueta hidrofugada, na cor preta, com almofada frontal, elástico lateral, solado em poliuretano PU, bidensidade, com biqueira de aço e palmilha de limpeza antimicrobiana para proteção dos pés de usuários que abrange áreas com influência de umidades, com C.A. gravado. Tamanho: n° 41	PR	10
41	Botina de segurança, vaqueta hidrofugada, na cor preta, com almofada frontal, elástico lateral, solado em poliuretano PU, bidensidade, com biqueira de aço e palmilha de limpeza antimicrobiana para proteção dos pés de usuários que abrange áreas com influência de umidades, com C.A. gravado. Tamanho: n° 42	PR	2
42	Sapato de segurança n° 38. Bidensidade, confeccionado em couro nobuck, com cadarço.	PR	3
43	Sapato de segurança n° 40, bidensidade, confeccionado em couro nobuck, com cadarço.	PR	3
44	Sapato de segurança n° 41, bidensidade, confeccionado em couro nobuck, com cadarço.	PR	2
45	Sapato de segurança n° 42, bidensidade, confeccionado em couro nobuck, com cadarço.	PR	2
46	Jardineira n° 40, com botas, confeccionada em material impermeável em duas peças, botas de borracha soldadas à jardineira, para trabalho em locais alagados ou poluídos, com ou sem suspensório de ajuste e cordão na cintura para regulagem.	PC	3

47	Jardineira nº42, com botas, confeccionada em material impermeável em duas peças, botas de borracha soldadas a jardineira, para trabalho em locais alagados ou poluídos, com ou sem suspensório de ajuste e cordão na cintura para regulagem.	PC	3
48	Luva nitrílica, forrada, com palmas antiderrapante tamanho M.	PR	10
49	Luva nitrílica, forrada, com palmas antiderrapante tamanho G.	PR	10
50	Fita zebra para sinalização (demarcação) - cores preto/amarelo - rolo com 7,0 cm de largura e 200 m de comprimento.	RL	50
51	Calçado de segurança tipo bota, nº 40 confeccionado em borracha vulcanizada, cano longo (altura do cano-38/40 cm), cor preta, sem forro. Com C.A. gravado.	PR	3
52	Luva de látex nitrílica, descartável, ambidestra, sem forro, espessura 0,10mm, 25 cm de comprimento, tamanho M	PR	200
53	Luva de látex com forro, palmas antiderrapantes, tamanho G	PR	10
54	Creme de proteção para mãos hidrossolúvel, óleo, água e pintura resistente - grupo III-especial frasco 200grs.	UN	20
55	Capacete de segurança aba frontal, classe A, injetado em polietileno com alta densidade, estrias na copa, carneira regulável em polietileno sustentado por 6 pontos de encaixes, cor azul	UN	15
56	Conjunto confeccionado em tecido sintético forrado impermeável, composto por: blusão com ou sem capuz acoplado fechamento frontal através de quatro (04) botões de pressão, costura soldada eletronicamente calça com cordão sintético na altura da cintura para ajuste, cor azul escuro ou amarelo tamanho M.	PC	5
57	Conjunto confeccionado em tecido sintético forrado impermeável, composto por: blusão com ou sem capuz acoplado, fechamento frontal através de quatro (04) botões de pressão, costura soldada eletronicamente calça com cordão sintético na altura da cintura para ajuste, cor azul escuro ou amarelo tamanho GG.	PC	5
58	Conjunto confeccionado em tecido sintético forrado impermeável, composto por: blusão com ou sem capuz acoplado, fechamento frontal através de quatro (04) botões de pressão, costura soldada eletronicamente calça com cordão sintético na altura da cintura para ajuste, cor azul escuro ou amarelo tamanho EGG.	PC	3
59	Tênis de segurança feminino, sem cadarço, almofadado, solado em poliuretano, bidensidade modelo anabela, nº 37	PR	2
60	Jardineira nº43, com botas, confeccionada em material impermeável em duas peças, botas de borracha soldadas a jardineira, para trabalho em locais alagados ou poluídos, com ou sem suspensório de ajuste e cordão na cintura para regulagem.	UN	2
61	Corde de segurança semi-estática, carga mínima de ruptura 20kN - 2.038 (kgf). Diâmetro nominal mínimo 12mm, confeccionada em poliamida trançada.	M	300
62	Tela tipo tapume fabricada em polietileno reforçado, cor laranja, a ser utilizada na sinalização de obras públicas, em rolos de 50,00 x 1,20 m.	RL	4
63	Filtro químico tipo 400 A1 VO plastic, compatível com máscara semi-facial Airsan da Air Safety.	UN	10
64	Talabarte duplo tipo Y, com absorvedor de energia, fita elástica e mosquetão com dupla trava de segurança, com abertura de 55mm em ambas as extremidades.	UN	2
65	Trava quedas retrátil com absorvedor de energia, que permita movimentação horizontal e vertical, talabarte com medida variando entre 2,00 e 2,50m de comprimento, cuja caixa envoltora da fita ou cabo seja resistente a impactos e intempéries, que seja dotado em uma das extremidades de mosquetão tipo oval com trava dupla fabricado em aço forjado fixado a caixa protetora, e na outra extremidade mosquetão confeccionado em duro alumínio ou material de resistência compatível, com sistema anti-enroscamento no talabarte, e que atenda	UN	3

	as especificações da NBR 14628 da ABNT.		
66	Fita auto-adesiva produzida com filme plástico vinílico, coberto com adesivo de borracha natural resistência à abrasão e a produtos químicos, na cor amarela - 5cmx30mt.	RL	3

Observações:

Os licitantes deverão observar os seguintes procedimentos, sob pena de desclassificação:

I - Os materiais cotados deverão ser de 1ª (primeira) qualidade, observadas as normas de fabricação específicas para cada produto.

II - Os licitantes deverão apresentar amostras dos itens **01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 46, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 61, 62, 63, 64, 65**. A referida amostra deverá conter, no mínimo, 01 (uma) unidade;

III- Na impossibilidade de apresentar amostras dos itens **05, 08, 09, 18, 19, 20, 23, 25, 29, 30, 46, 56, 61, 62, 63, 64, 65**, estes serão aceitos desde que apresentados os prospectos / catálogos substitutivos com a descrição detalhada do produto, sendo que neste caso, só serão aceitos os produtos que apresentarem plena compatibilidade com o prospecto com o qual esteja relacionado.

IV - Os licitantes deverão apresentar, juntamente com as propostas, as amostras dos produtos supracitados. As amostras serão analisadas de acordo com a ordem de classificação dos licitantes, ou seja, primeiro analisar-se-á a amostra do licitante classificado em 1º lugar, ocasião em que, caso sua amostra esteja fora da especificação, será analisada a amostra do licitante classificado em 2º lugar, e assim sucessivamente.

V - Os licitantes que não apresentarem amostras juntamente com a proposta e/ou de acordo com a especificação exigida serão desclassificados. Cumpre ressaltar que as amostras deverão vir devidamente embaladas, contendo as exigências constantes no edital, Cláusula VIII – DA PROPOSTA DE PREÇOS.

VI - As amostras dos licitantes vencedores ficarão em poder da SAE até o recebimento total do material, para que seja feita comparação da amostra com o material entregue.

VII – Deverão ser apresentados C. A (Certificado de Aprovação) dentro do prazo de validade e expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego dos itens 02, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65. As características indelévels devem estar gravadas no corpo de cada Equipamento de Segurança. No ato da apresentação da proposta serão aceitas cópias dos Certificados de Aprovação (C. A), impressos pôr meio eletrônico, através da Internet, sendo que quando se der a entrega definitiva dos mesmos pela empresa vencedora, deverão acompanhar os lotes de EPI's, as respectivas cópias autenticadas dos Certificados de Aprovação.

VIII – Caso o fornecedor apresente dentre as numerações solicitadas, botinas de marcas diferentes, deverá trazer uma amostra de cada fabricante.

ANEXO II

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a EMPRESA _____, com sede na Rua _____, n.º ____, cidade de _____, estado _____, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º __.____.____/____-__, representada, neste ato, por seu _____ Sr. _____, _____(nacionalidade), _____(estado civil), _____ (profissão), residente e domiciliado na _____, **NOMEIA E CONSTITUI** seu bastante procurador, o Sr. _____, _____(nacionalidade), _____(estado civil), _____ (profissão), residente e domiciliado na _____, portador da cédula de identidade RG n.º __.____.____, e do CPF/MF n.º __.____.____-__, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no Pregão n.º 000/13, instaurado pela SAE – Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba-MG, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os preços propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Local e data.

**Assinatura do responsável pela outorga.
(com firma reconhecida)**



Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Pregão n.º ____/13

Processo Licitatório n.º ____/13

Empresa _____, com sede na Rua _____, n.º ____, cidade de _____, estado _____, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º __.____.____/____-__, em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei n.º 10.520/02, **DECLARA** que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos habilitatórios exigidos no edital que rege o certame acima indicado.

Local e data.

Assinatura e n.º do RG do declarante.

ANEXO IV

PREGÃO N.º __/2013 – MODELO DE PROPOSTA

Nome da Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

Fone/Fax: _____

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01						
02						
03						
66						

- A proposta deverá conter todas as informações constantes no Anexo I (especificação e observações) deste edital.
- Nome, cargo, CPF e RG do responsável que irá assinar o Contrato proveniente desta licitação.
- **Prazo de entrega dos materiais de 20 dias:** contados a partir da assinatura da Autorização de Fornecimento.

Local, ___ de _____ de 2013.

Identificação e assinatura do representante legal da empresa na última folha e rubrica nas demais.



Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

ANEXO V

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO N.º ____/2013

Data Emissão: ____/____/2013		Página: 1					
		Superint. Água e Esgoto de Ituiutaba Departamento de Compras Rua 33, 474 CEP: 38300030 – Setor Sul – Ituiutaba/MG CNPJ:17.819.061/0001-88 I.E:34274616600050 Fone/Fax: 34 3268-0400 / 3268-0448 Email: suprimento@saeituiutaba.com.br Site: www.saeituiutaba.com.br				AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO ____/2013	
Modalidade: _____ Nro ____/2013		Unidade Gestora SAE					
Números RC's							
Valor Total (R\$)		Valor Total por Extenso					
Fornecedor Nome Fantasia Endereço Bairro Cidade Estado Cep CNPJ/CPF Telefone Fax Condições Pagamento Prazo Entrega Local Entrega Bairro Entrega Unidade a Retirar Fonte de Recursos / Convênio							
Observação							
Processo		Unidade Requisitante		Nota de Empenho		Dotação / Elemento de Despesa	
Item	Descrição	Unidade Requisitante	Qtde.	Marca	Unitário	Total	Garantia
Nota:							
- Os materiais que não estiverem de acordo com este pedido serão devolvidos.							
- Deverá constar na nota fiscal o número desta autorização de fornecimento e o número do processo.							
-Horário de entrega das 07:15 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.							
- NA NOTA FISCAL DEVERÁ CONSTAR A DESCRIÇÃO IDÊNTICA A DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.							
- Atenção Fornecedores:							
Prazo de Pagamento: _____ dias							
As mercadorias que não forem conferidas no ato da entrega pelo Almoxarifado, não serão autorizadas para pagamento.							
Rua 33, 474 – Setor Sul Fone: 34 3268-0400.							
Atraso injustificado para a entrega dos produtos, caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se sem prejuízo das demais sanções previstas.							
Autorizo o Fornecimento,							
Ituiutaba/MG, ____ de ____ de 2013.							



Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

Números RC's	
Valor Total (R\$)	Valor Total por Extenso
Recebi em ____ / ____ / ____	_____ Autorização da Compra



Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().*

.....
(data)

.....
(representante legal)

*Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima

ANEXO VII

PORTARIA SAE - 043/2012, de 02 de maio de 2012.

O DIRETOR DA SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o Decreto Municipal s/n, de 11 de julho de 2011, e de acordo com a legislação em vigor,

Considerando a necessidade de disciplinar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no âmbito desta Autarquia;

Considerando o que estabelece o artigo 115 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações;

Considerando que o índice percentual aplicado em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório da licitação, previstos na Portaria SAE 024/2007, vinha sendo reputado como elevado;

Considerando a política de bom relacionamento que a SAE possui com seus fornecedores e, visando a otimização dos processos administrativos de aquisição de bens e contratação de serviços, faz-se necessária a criação de um novo dispositivo para regulamentar a matéria;

Considerando que foram feitas análises objetivando um critério mais equitativo nas relações com os fornecedores, preservando a indisponibilidade do interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º A aplicação de multa resultante da caracterização das hipóteses indicadas nos artigos. 81, *caput*, 86 e 87, da Lei n.º 8.666/93, com suas posteriores alterações, que institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, no âmbito desta Autarquia, obedecerá ao disposto nesta Portaria.

Art. 2º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório da licitação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, e ensejará a aplicação de multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor global do respectivo ajuste ou no valor correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

Art. 3º A contagem dos prazos de entrega ou execução consignados nos ajustes será feita em dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à assinatura do contrato ou instrumento equivalente ou, na sua ausência, na efetiva retirada da nota de empenho pela contratada.

§ 1º Os prazos referidos no caput deste artigo só se iniciam e terminam em dias de expediente na SAE. Quando o término do prazo ocorrer em dia em que não houver expediente na SAE, o vencimento será prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente posterior.

§ 2º No caso de contratos enviados via correios, considerar-se-á iniciada a contagem do prazo no primeiro dia útil após a data de assinatura do Aviso de Recebimento que acompanhará os contratos.

§ 3º Será considerada como entrega imediata aquela que ocorrer em até 30 dias, consoante § 4º, art. 40 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, contados na forma deste artigo.

Art. 4º O atraso injustificado na execução do serviço, obra ou fornecimento do material, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 86 da Lei n.º 8.666/93, com suas posteriores alterações, sujeitará

o contratado à multa de mora, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

I - de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, para atraso de até 10 (dez) dias;

II – de 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia, para atraso superior a 10 (dez) dias limitado a 30(trinta) dias;

III – de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, para atraso superior a 30 (trinta) dias;

§ 1º O atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias, caracteriza não execução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto no art. 7º desta Portaria.

§ 2º Para cálculo da multa prevista no caput deste artigo deverá ser adotado o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida, sem prejuízo do disposto no art. 12 desta Portaria.

Art. 5º O atraso será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega do material ou execução da obra ou do serviço, até o dia da sua efetivação.

Parágrafo único. A comunicação da irregularidade e a proposta de aplicação de penalidade deverão ser encaminhadas pelo Setor de Almoxarifado ou Área responsável pela fiscalização do contrato, à Área de Suprimentos.

Art. 6º O material recusado ou serviço executado em desacordo com o estipulado, deverá ser substituído ou refeito no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação da recusa.

Parágrafo único. A não ocorrência da substituição ou nova execução dos serviços ensejará a aplicação da multa estabelecida no art. 4º desta Portaria, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo fixado no *caput* deste artigo.

Art. 7º Pela não execução total ou parcial dos serviços, obras ou fornecimento de materiais, poderá ser aplicada multa:

I - de 20% (vinte por cento) a 100% (cem por cento), sobre o valor das mercadorias não entregues ou da obrigação não cumprida;

II - no valor correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação ou contratação, realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

§ 1º Na aplicação da multa a que se refere o inciso I deste artigo, levar-se-á em conta o tipo de objeto, o montante de serviço, obras ou materiais eventualmente executados ou entregues e os prejuízos causados à Autarquia e a reincidência da contratada, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

§ 2º As penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo são alternativas, prevalecendo a de maior valor.

Art. 8º O pedido de prorrogação de prazo para conclusão de obras, serviços ou para entrega de materiais, deverá ser encaminhado à Gerência de Suprimentos da SAE, antes do vencimento do prazo pactuado devidamente justificado.

§ 1º A área requisitante manifestar-se-á prévia e obrigatoriamente acerca da possibilidade de ser concedida a prorrogação ou da ocorrência de eventuais prejuízos.

§ 2º Somente será aceita 01 (uma) solicitação de prorrogação de entrega, ou seja, se a SAE já tiver concedido prorrogação do prazo de entrega, nova solicitação não será aceita.

§ 3º Concedida a prorrogação, deverá ser comunicado imediatamente o Setor de Almoxarifado ou Área responsável pela fiscalização do contrato.

§ 4º Concedida a prorrogação do prazo, se o contratado mesmo assim atrasar, a multa será

aplicada desde o prazo inicial convencionado no ajuste, como se não houvesse sido concedida a prorrogação, aplicando-se todas as regras dispostas nesta Portaria.

Art. 9º A aplicação das multas previstas nesta Portaria será apurada em regular processo administrativo, assegurada a defesa prévia, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

§ 1º No prazo da previsto no *caput* deste artigo, compete à contratada alegar em sua peça de defesa, toda a matéria de fato e de direito com que impugna a penalidade aplicada, devendo juntar as provas que comprovem suas razões.

§ 2º Recebida a defesa, a Gerência de Suprimentos da SAE, amparada em parecer jurídico, deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

Art. 10. Da aplicação da multa caberá recurso administrativo à Diretoria da SAE, que poderá ser interposto no Protocolo da Área de Suprimentos, nos termos do § 4º do artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar de sua notificação.

Art. 11. As multas previstas nesta Portaria, quando for o caso, serão calculadas sobre os valores contratuais reajustados, e serão:

I - descontadas da garantia prestada quando da assinatura do contrato ou instrumento equivalente;

II – descontadas de pagamentos eventualmente devidos pela SAE, quando não houver garantia ou esta for insuficiente.

Art. 12. Na hipótese do pagamento das multas não ocorrer na forma prevista no art. 11, o contratado terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da decisão definitiva de aplicação da multa, para quitá-la.

Parágrafo único. Decorrido o prazo estipulado no *caput* e não tendo sido ela quitada, serão adotadas as medidas judiciais necessárias visando sua cobrança, incidindo correção monetária diária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base no INPC - IBGE.

Art. 13. As sanções previstas nesta Portaria são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Art. 14. A presente Portaria deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, todos os instrumentos convocatórios de licitação, contratos ou equivalentes.

Art. 15. As disposições constantes desta Portaria aplicam-se, também, às contratações decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação, casos em que as propostas comerciais deverão mencionar expressamente a concordância da proponente com os termos da presente Portaria.

Art. 16. A aplicação das multas previstas nesta Portaria é atribuição exclusiva da Gerência de Suprimentos.

Art. 17. Ficam revogadas as disposições em contrário e, em especial, a Portaria SAE 024/07.

Art. 18. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Publique-se e cumpra-se.

Rubens Erifatam Vaz

Diretor da Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba